

BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS AO COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS BRASILEIROS

Marcelo Nonnenberg

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea; e professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). *E-mail:* <marcelo.nonnenberg@ipea.gov.br>.

Gerlane Andrade

Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea. *E-mail:* <gerlane.andrade@ipea.gov.br>.

Helena Oliveira

Pesquisadora do PNPD na Dimac/Ipea. *E-mail:* <helena.oliveira@ipea.gov.br>.

Alice Saccaro

Pesquisadora do PNPD na Dimac/Ipea. *E-mail:* <alice.saccaro@ipea.gov.br>.

Nas últimas décadas, viu-se a diminuição das barreiras tarifárias para todos os países. Ainda que essa queda tenha se dado de maneira generalizada, o setor agropecuário sofreu menos esse impacto, mantendo-se, de maneira geral, com uma tarifa média mais alta quando comparado aos demais. Além das medidas tarifárias, o setor também é atingido por um número considerável de medidas não tarifárias (MNTs), que, dependendo de sua natureza, podem estabelecer-se como verdadeiras barreiras ao comércio, gerando impacto sobre as exportações e importações de produtos.

As principais consistem em medidas sanitárias e fitossanitárias, reguladas por medidas sanitárias e fitossanitárias (*sanitary and phytosanitary measures* – SPS), da Organização Mundial do Comércio (OMC), e em barreiras técnicas, reguladas por barreiras técnicas ao comércio (*technical barriers to trade* – TBTs), também da OMC. Há também um grande número de medidas compensatórias e cotas tarifárias. Além disso, diversos países também possuem agências especializadas em comércio (*state trading enterprises*), que regulam os volumes importados.¹ Além disso, alguns acordos comerciais, tanto de áreas de livre comércio (ALCs) como de união aduaneira (UA), também reservam instrumentos de proteção aos setores agrícolas nacionais em escala bem acima da registrada para manufaturados.

Até pouco tempo, não havia dados suficientes para a realização de uma análise quantitativa das MNTs. Recentemente, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD) e outras organizações desenvolveram e passaram a atualizar uma base de dados de MNTs por dupla de países, por produto e por tipo de MNTs, bastante completa e razoavelmente atualizada.

Como essa base é muito recente, há poucos estudos na literatura acadêmica utilizando esse banco de dados, e são inéditos os estudos, ao nosso conhecimento, sobre produtos agrícolas. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é estudar a relação entre o número de MNTs e os fluxos bilaterais de comércio, tentando determinar seu impacto, baseando-se nos produtos do agronegócio mais relevantes para as exportações brasileiras.

Adotou-se um modelo gravitacional de dados em painel que inclui impedimentos de comércio invariantes no tempo, considerando as MNTs por cada grupo de produto, do país importador e do país parceiro. O objetivo específico é verificar o efeito sobre o comércio das MNTs que os países parceiros aplicam em suas importações de produtos agropecuários.

Foram construídos modelos gravitacionais em painel, tanto para o total de medidas como para as principais medidas – SPS, TBTs e as relacionadas às exportações. A hipótese é que as MNTs do país

1. Essa prática ainda é muito utilizada no Canadá, na China, na Índia, na Indonésia, na Turquia, no Egito, entre diversos outros.

importador aplicadas ao exportador se traduzam em um nível relativamente menor de comércio para este país. Como esperado, o resultado geral foi inconclusivo. Em alguns produtos, os coeficientes para o número de MNTs foram positivos e significativos; em outros, foram negativos e significativos; e não foram significativos nos demais.

Isso não significa que as MNTs não tenham impacto sobre os fluxos de comércio, mas simplesmente que os impactos devem ser muito diferenciados e nem todas as medidas têm o mesmo potencial. Ao contrário de desanimar, esse resultado indica que é preciso aprofundar a compreensão da base de dados, detalhar a classificação de medidas, visando determinar *a priori* quais podem ter um efeito mais relevante sobre os fluxos de comércio, e realizar estudos mais circunscritos, que permitam analisar individualmente as medidas.

SUMÁRIO EXECUTIVO